

# INTERCULTURALIDADES E DESIGUALDADES “ÉTNICO-RACIAIS”, UMA ANÁLISE A PARTIR DO “O POVO BRASILEIRO” DE DARCY RIBEIRO.

Resultado de investigação finalizada  
GT-06- Imaginários Sociais, memórias e pós-colonidade.  
ANTONIO CARLOS ROCHA DE SOUSA  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

## RESUMO

A partir de pesquisa realizada em 2012, onde discutimos conceitos como interculturalidades, hibridismo e desigualdades “étnico-raciais”; tendo como eixo de análise O povo brasileiro (1995), de Darcy Ribeiro, obra que procura evidenciar as matrizes étnicas - europeia, indígena, africana – e o “cruel fazimento” do povo brasileiro, pelo qual nasce um povo mestiço e uma civilização inédita, marcada pela miscigenação, que não é isenta de vários conflitos. Revisitando a mestiçagem, o autor elabora seu conceito de “identidade nacional”, assim traçamos um paralelo com *Os alemães* (1992), de Norbert Elias na sua atenção ao “*habitus* nacional”. Propomos também, a discussão das desigualdades “étnico-raciais” no Brasil e um distanciamento do pan-africanismo, a partir da obra Na casa de meu pai (1997), de Appiah.

Palavras chave: desigualdades étnico-raciais, habitus, interculturalidades, miscigenação.

## INTRODUÇÃO

Proponho chamar a atenção, neste trabalho, para questões levantadas em pesquisa<sup>1</sup> realizada em 2012, junto ao Laboratório de Estudos Políticos (LEP/UFES/Brasil), em que se discutiram conceitos como os de interculturalidades, hibridismo e desigualdades “étnico-raciais”. Problematizando as noções clássicas de “nação”, “etnias”, “miscigenação”, para entender a formação do povo brasileiro, a partir do lugar que Darcy Ribeiro assume neste debate, através do seu livro O povo brasileiro (1995), onde, como salienta Adelia Miglievich-Ribeiro, o autor: “deseja realizar uma teoria de base empírica das classes sociais, tais como elas se apresentam no nosso mundo brasileiro e latino-americano” (Miglievich-Ribeiro, 2005, p.14).

Concebendo Darcy Ribeiro como “moderno”, problematizo sua filiação às teses de um evolucionismo que não é, porém, unilinear. Seu peculiar marxismo permite que se afaste de um culturalismo radical e, por isso, essencialista, ao buscar explicar “o que faz o Brasil, Brasil”. Assim, venho chamar a atenção, para a dialética presente na obra: O povo brasileiro (1995), na qual o autor, partindo das matrizes étnicas e internamente diversas: europeia, indígena, africana, expõe o “cruel fazimento do povo brasileiro” (Ribeiro, 1995), explicitando os processos de “deseuropeização”, “desindianização” e “desafricanização”, pelos quais nasce um povo mestiço e uma civilização inédita, como nos observa Adelia Miglievich-Ribeiro:

Um país de mestiços, os quais não são iguais a seus ascendentes de uma ou outra etnia. É um "gênero humano novo", fruto do "atroz processo de fazimento do nosso povo", dos índios e dos africanos mortos, dos mamelucos, caboclos e mulatos que, sem identidade, plasmaram a identidade do brasileiro (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2005, p.16).

O sentido de mestiçagem é, portanto, para Darcy Ribeiro, a base de sua elaboração de uma “identidade nacional”. Através desse viés, proponho um paralelo com o livro *Os alemães* (1992), de Norbert Elias; pois nesta obra, o autor nos chama a atenção para o “*habitus* nacional”, que antecipa o amplo uso do conceito de *habitus*, por Pierre Bourdieu e permite a atenção à dinamicidade das relações sociais no tempo e no espaço.

Por "habitus" (...) — Elias significa basicamente "segunda natureza" ou "saber social incorporado". O conceito não é, de forma alguma, essencialista; de fato, é usado em grande parte para superar os problemas da antiga noção de "caráter nacional", como algo fixo e estático (ELIAS, 1997, p.9).

Entendemos que Darcy Ribeiro, atenta na formação da sociedade brasileira, para aspectos como: ecologia, economia e a imigração - em suas consequências, a miscigenação e a divisão social do trabalho, sustentando que, surgiu no Brasil um ethos inédito, não sem percalços, mas através de vários conflitos a derivar na ideia de povo brasileiro. De modo diferente, mas curiosamente com o mesmo intento, Norbert Elias explica o povo alemão (não estático, mas em movimento), o que a ele foi possível pela noção de *habitus*, como atentamente salienta Miglievich-Ribeiro:

O conceito de *habitus* implica precisamente o ténue equilíbrio entre continuidade e mudança posto que o próprio "processo" de civilização jamais está completado ou não seria "processo/movimento/dinâmica". Assim, a teoria dos processos é altamente “otimista”, mas não nos isenta, ao contrário, de revisitar os "porões" de nossa história (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2005, p.19).

No que diz respeito à questão das interculturalidades, entendemos que este conceito perpassa a obra *O povo brasileiro* (1995); pois Darcy Ribeiro não se limita a conhecer as várias origens étnico-culturais do brasileiro, mas também as interações entre elas que se “desfazendo”, fizeram surgir uma nova, através do processo de hibridização que, como salienta Carneiro: “Os processos autênticos de hibridação, ainda que atentos aos particularismos simbólicos; valorizam a essência do universal que cada cultura tem para oferecer, enriquecendo todas as outras” (Carneiro, 2006). Nesse sentido, Darcy Ribeiro, mesmo não tendo em vista esse conceito em sua obra, trabalha as questões interculturais, permitindo assim falarmos em interculturalidades.

## 1 – ELIAS, DARCY E ESTADO-NAÇÃO

Norbert Elias, em *Os alemães* (1992), procura explicar a formação do Estado alemão que, em meados do século XX, viu o nazismo ascender, e que o mesmo só se constituiu, devido a um *habitus* nacional autoritário do povo alemão, que se constrói ao longo da formação da Alemanha. Para demonstrar isso, Elias perpassa por três momentos históricos da formação do Estado alemão, os chamados reiche — o I reich: império Alemão (sacro império germânico), II reich: Unificação alemã de Bismarck; III reich: Alemanha nazista de Hitler — o autor destaca que durante esses momentos, podemos observar que o *habitus* alemão se modifica, mas nos processos históricos, algumas características se mantêm. Elias, então, inicia a obra *Os alemães* (1992), rechaçando qualquer hipótese, de que a constituição do *habitus* de um povo ou nação possa ser determinada biologicamente.

[...] torna-se tão logo evidente que o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas, antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo [...] (ELIAS, 1997, p.16).

O autor deixa claro que, questões “raciais” não serviriam, para explicar a formação de uma identidade nacional e/ou étnica, por isso descarta-a, ao explicar o *habitus* nacional, afirmando: “(...) mas até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos *habitus* nacionais ou mentalidades.” (Elias, 1997, p.16). Assim, Elias defende então que a formação de um povo, de um *habitus* nacional, não sendo estático ou essencialista, é profundamente influenciado pelos acontecimentos históricos, ocorridos em determinada sociedade. O autor defende que, em algum momento, os indivíduos de uma sociedade devem se confrontar com seu próprio passado: “talvez possa ter um efeito catártico, se as relações entre passado e presente forem vistas desse modo, e os povos, através do entendimento de seu desenvolvimento social, puderem encontrar uma nova compreensão de si mesmos.” (Elias, 1997, p.37).

Para o autor, o foco de análise está na ideia de *habitus*, que lhe possibilita uma história das ideias ou do comportamento, tendo em vista o conceito de *habitus* como "segunda natureza" ou "saber social incorporado" (Elias 1992). Segundo Elias, durante o período entre os I e II reich, é o *habitus* alemão que sofre mudanças, substituindo o idealismo burguês clássico pelo realismo do poder, este segundo o autor, atesta “a natureza descontínua do desenvolvimento do alemão; uma mudança no *habitus*, que pode ser atribuída com grande precisão a uma fase específica no desenvolvimento do Estado” (Elias, 1997, p.27). Partindo da premissa de Elias, a formação do *habitus* de qualquer nação e/ou povo se dá concomitantemente com a formação do Estado-nação, e não tendo nenhuma conotação “racial”; podemos observar que Darcy Ribeiro, ao falar da formação do povo brasileiro, atenta-se mais às características étnico-culturais que às questões raciais; de modo que lhe permite falar de “deseuropeização”, “desindianização” e “desafricanização”, ou seja, o povo brasileiro se gesta mediante uma “desconstrução étnica”, constituindo-se numa nova etnia, num novo povo. Nesse sentido, podemos aproximar Darcy de Elias, já que para o autor, a história e a formação do *habitus* não devem ser vistas de forma estática e essencialista, pois está em constante mutação; a constituição do *habitus* está intrinsecamente ligada à própria história de uma sociedade, mas geralmente não nos damos conta disso:

[...] muitas pessoas parecem ter a opinião tácita de que o que aconteceu no século XII ou XV ou XVII é passado – o que isso tem haver comigo? – na realidade, porém, os problemas contemporâneos de um grupo são crucialmente influenciados por seus êxitos ou fracassos anteriores, pelas origens ignotas de seu desenvolvimento (ELIAS, 1997, p.30).

Dessa maneira, a formação do Brasil como Estado-nação ocorre de forma similar em O povo brasileiro (1995). Semelhante no sentido que Darcy está buscando na história da formação do Brasil e nos conflitos étnicos (mais que nos raciais), existentes nessa formação, no seu processo dinâmico e mutante, resultante do “cruel fazimento do povo brasileiro” (Ribeiro, 1995), a origem do povo brasileiro e do Brasil. Contudo, gostaríamos de deixar claro que, Elias tem no conceito de *habitus*, a explicação para as mudanças e permanências, na formação do Estado alemão; nesse sentido poderíamos aproximar Darcy a Elias, levantando a hipótese de que, poderíamos falar também num “*habitus* brasileiro”. Sabendo-se Darcy Ribeiro marxista ao seu modo, essa hipótese necessita de mais estudos e pesquisas. Porém podemos observar que Darcy Ribeiro, ao propor o surgimento do povo brasileiro, a partir da sua formação “étnico-racial”, não descola a formação do povo, da formação do Estado-nação, como se pode ver:

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (Ribeiro 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos (RIBEIRO, 1995, p.19).

Combinando a formação “estatal” do Brasil com a formação social e “étnico-racial” do povo brasileiro; Darcy Ribeiro expõe que, durante a sua colonização e formação do Estado-nação, estruturou-se também “um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial” (RIBEIRO, 1995, p.19). Estruturação essa que criou, segundo o autor no Brasil, um “proletariado externo”, ou seja, uma mão de obra que não existia para si mesma; mas para gerar lucros exportáveis, para a metrópole, vindo a tornar-se uma variante lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, mas com contribuições indígenas e africanas, o que fez surgir um país novo e mutante, cuja unidade é criada de forma violenta:

Essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista. Inclusive de movimentos sociais que aspiravam fundamentalmente edificar uma sociedade mais aberta e solidária. A luta pela unificação potencializa e reforça, nessas condições, a repressão social e classista, castigando como separatistas movimentos que eram meramente republicanos ou antioligárquicos (RIBEIRO, 1995, p.22).

Verificamos então que, Darcy Ribeiro não ignora que a formação do povo brasileiro se constituiu juntamente com o que viria a ser o Estado – nação Brasil; assim como Elias pensou “os alemães”, na conjunção com a autoridade do Estado. Chamo a atenção para a especificidade, porém, de O povo brasileiro (1995) e as questões “étnico-raciais” valorizadas pelo autor brasileiro, na compreensão da nova nação, a saber, a miscigenação que não ocorreu sem que houvesse muitos conflitos.

## 2 – UMA NOTA ACERCA DO TEMA DO RACIALISMO

Não é possível falar da formação do Brasil e do povo brasileiro, sem mencionar as discussões sobre desigualdades “étnico-raciais”, que logo vêm à cabeça. A questão da “raça” é emblemática, quando o assunto é a formação do Brasil. Para uma visão mais ampla desse tema, recordo o pan-africanismo, presente na obra Na casa de meu pai (1997), de Kwame A. Appiah, na qual o autor trata da teoria racialista, no contexto africano. Atento especificamente, na sua discussão, aos autores pan-africanos, Alexander Crummell e W.E. Du Bois, partindo do princípio de que as questões étnico-raciais são caras, também aos autores que hoje debatem “raça” no Brasil e se dedicaram a “desvendar” a formação do povo brasileiro, como fez, à sua maneira, Darcy Ribeiro.

Appiah trata da teoria racialista no contexto africano, impregnada da perspectiva pan-africana dos autores Crummell e Du Bois (que deram início ao discurso pan-africanista) e examinando a obra deles, afirma:

[...] sustenta que a ideia do negro, a ideia de uma raça africana, é um elemento inevitável desse discurso, e que essas noções racialistas fundamentam-se em ideias biológicas precárias – e ideias éticas ainda piores – herdadas do pensamento cada vez mais racializado da Europa e EUA do século XX (APPIAH, 1997, p.14).

Segundo Appiah, na perspectiva pan-africana de Crummell só há um conceito norteador para explicar uma solidariedade entre os negros africanos, a “raça”. Assim, Crummell não se preocupa com os problemas de um país em específico, mas com o continente africano como um todo, como se a África fosse a pátria da “raça negra”. Para Appiah, a ideia racialista da África como a pátria da “raça negra”, advinha da comparação que Crummell faria da situação dos negros escravos no novo mundo; mais especificamente nos EUA (mas também para a América portuguesa e caribe), onde os negros haviam

sido retirados de forma compulsória de seus lugares de origem - o continente africano - e colocados em uma condição de inferioridade, diante dos colonizadores europeus.

A partir dessa observação, segundo Appiah, é impossível ler a obra de Crummell e não “ficar com uma poderosa sensação de como deve ser, pertencer a uma subcultura estigmatizada, viver num mundo em que tudo, desde o seu corpo, até a sua língua, é definido pela “corrente dominante” como inferior” (Appiah, 1997, p.25). Num segundo momento, Appiah passa a analisar o discurso de Du Bois, quem concebe a raça não como um conceito biológico, mas sim sócio-histórico, ou seja, a história não seria feita por indivíduos, grupos ou nações e sim pelas raças que seriam:

[...] uma vasta família de seres humanos, em geral de sangue e língua comuns sempre com uma história, tradições e impulsos comuns, que lutam juntos, voluntária e involuntariamente, pela realização de alguns ideais de vida, mais ou menos vividamente concebidos (APPIAH, 1997, p.54).

Desta maneira, para Appiah, Du Bois afasta-se da concepção biológica e antropológica da “raça”, rumo a uma noção sociohistórica, onde nenhuma definição biológica ou antropológica seria possível. Assim, a tese de Du Bois é que haja uma aceitação das diferenças raciais, não no sentido biológico, mas que as raças estão relacionadas, não como superior ou inferior, mas como complementares, que fazem parte e formam a humanidade, numa ideia de um “racismo antirracista” (Appiah, 1997). Assim, Du Bois conseguiu manter o discurso pan-africano e ao mesmo tempo, rejeitou oficialmente o discurso racial, como “sendo qualquer outra coisa senão um sinônimo de cor” (Appiah, 1997, p.68).

Para Appiah, toda a análise feita por Crummell e Du Bois, partiu de uma concepção racista. A ideia de uma “raça” africana atuaria como uma espécie de metáfora da cultura, que se faria ao preço de biologizar aquilo que é cultura: a ideologia (Appiah, 1997).

### 3 - O “FAZIMENTO” DO POVO BRASILEIRO E O PROBLEMA “ÉTNICO-RACIAL”

Em O povo brasileiro (1995) verificamos que as questões “raciais” não são tão importantes, para a identificação de uma “identidade étnica” ou *habitus* nacional, no sentido de "segunda natureza", nos termos de Elias, como para os racialistas. Darcy Ribeiro atenta para a cultura como mote mais caro, sem se tornar culturalista, se considerarmos sua proposta de “deseuropeização”, “desafricanização” e “desindinização” - “desculturações” portanto, que deram origem a uma nova cultura, a uma nova etnia, ou seja, um novo povo.

O autor procura mostrar como se deu o “fazimento” de um novo povo e conjuntamente, uma nova nação; e mesmo quando faz uso do conceito “raça”, privilegia os aspectos étnico-culturais dos povos que formaram o povo brasileiro e o Brasil. Darcy Ribeiro procura entender a formação do Brasil pela contribuição cultural de cada grupo “racial” e/ou étnico, pelo “desfazimento” das matrizes culturais e ou “raciais”: europeia, ameríndia e africana.

Darcy também analisa os conflitos gerados culturalmente por esse desfazimento e suas consequências na sociedade e nesse ponto, aproximo-o de Os Alemães (1997), em sua análise histórico-política:

[...] no desenvolvimento da Europa e, a bem dizer, da humanidade, um papel central tem sido desempenhado pelas lutas de eliminação entre grupos, estejam eles integrados ao nível de tribos ou ao de Estados. (...). Com muita frequência, unidades sociais estatais ou tribais foram derrotadas nesses confrontos violentos e tiveram daí por diante de viver com a certeza de que nunca mais voltarão a ser Estados ou tribos de suprema categoria (Elias, 1992, p.17).

O Brasil, assim como salienta Elias, teve também, durante seu desenvolvimento, suas lutas de eliminação, mas também de dominação; essa aproximação se mostra pertinente, quando encontramos em Os alemães (1992), o que o autor cita sobre a própria América Latina:

Um dos mais extremos exemplos da desvalorização de um código que fornece significado e orientação a um grupo, em ligação com a perda de poder do seu grupo-portador, é a eliminação das classes superiores nas Américas Central e do Sul no decorrer da colonização e imposição do cristianismo pelos espanhóis e portugueses (ELIAS, 1992, p.77).

Desta maneira, o Estado brasileiro e seu povo nascem desses conflitos, o autor não deixa de falar da formação do Estado, ao falar da formação de seu povo; assim como Elias procura explicar a formação do Estado, através do *habitus* alemão; Darcy procura explicar o Brasil, através da miscigenação de seu povo, num primeiro momento entre colonizadores e indígenas, depois através dos conflitos étnico-raciais entre os grupos negros, indígenas, brancos e miscigenados. Darcy Ribeiro nos mostra também que os miscigenados, num primeiro momento compreendiam os chamados *mamelucos*, indivíduos filhos de pais portugueses e mães índias que, não sendo considerados nem índios, nem brancos, não possuíam identificação com os demais. Darcy Ribeiro afirma que esse indivíduo, “não podendo identificar-se com uns, nem com outros ancestrais que o rejeitavam, o *mameluco* caía numa terra de ninguém” (Ribeiro, 1995, p.109). Essa “ninguendade”, conforme o autor, dará origem ao primeiro brasileiro. Num segundo momento, Darcy relata que são os filhos de negros, nascidos na colônia, e assim sendo, já aqui “desafricanizados”, falando português, adeptos do catolicismo sincrético e não tendo qualquer identificação direta com os negros trazidos da África, quem seriam também um dos primeiros brasileiros, assim como, os mulatos (brancos com negros), cafuzos (índios com negros); o autor afirma que, sem negar as desigualdades e os conflitos, o povo brasileiro viria a constituir o Estado-nação unificado:

Essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda tendência virtualmente separatista. Inclusive de movimentos sociais que aspiravam fundamentalmente edificar uma sociedade mais aberta e solidária. A luta pela unificação potencializa e reforça, nessas condições, a repressão social e classista, castigando como separatistas movimentos que eram meramente republicanos ou antioligárquicos. Subjacente à uniformidade cultural (RIBEIRO, 1995, p.23).

Também, não se pode negligenciar que interage como “etnia nacional”, mas não somente algumas linhagens advindas dos povos ameríndios que lutam para preservar sua dupla inscrição cultural, como observa Miglievich-Ribeiro:

Estudar o "povo brasileiro", atentando para como esta designação é construída e reconstruída historicamente e, também, na tradição oral, na literatura, nos discursos políticos, na mídia ou nas ciências sociais não é abdicar do exame dos contextos mais abrangentes onde a nação emerge ou dos conflitos entre pessoas e grupos que não podem ser classificados em "etnias nacionais" (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2005, p.20).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as discussões propostas, a obra de Darcy Ribeiro se insere no contexto de discussões sobre miscigenação e/ou hibridização; permitindo-nos falar de interculturalidades que se deram entre nossas matrizes étnicas, internamente diversas, que originaram o povo brasileiro e o Brasil como Estado-nação. Para podermos ter uma visão mais ampla, perpassamos por Appiah, na sua crítica às questões “raciais”, formuladas pelos europeus e ressignificada pelos colonizados e “explorados”, no

contexto africano, que segundo o autor, “só poderiam enfrentar o racismo mediante a aceitação das categorias raciais” (Appiah, 1997, p.24); o que constituiria segundo Appiah, uma internalização do discurso colonial que criou tal sistema classificatório. Mesmo não sendo seu foco, essa classificação racial aparece na obra de Darcy Ribeiro e de vários autores brasileiros que utilizaram a categoria “raça” para procurar “desvendar” e “explicar” o Brasil, o que exemplifica a proposição de Appiah, sobre internalização do discurso colonial pelo colonizado como no caso brasileiro.

Perpassamos também por Norbert Elias, em *Os alemães* (1992), na sua argumentação sobre o *habitus*, conceito que permitiu ao autor, superar os problemas advindos da noção de "caráter nacional", que teria uma conotação fixa e estática. Aproximamos este conceito de Darcy Ribeiro, na sua obra *O povo brasileiro* (1995); levantando a hipótese de que poderíamos falar também num “*habitus* brasileiro”, a partir de seu “cruel fazimento”, que criou um povo novo e por que não dizer um novo “saber social incorporado”, gestado através de muitos conflitos; porém deixando claro que a hipótese levantada, necessita de mais estudos e pesquisas.

## NOTAS DE PÁGINAS

[1] Pesquisa realizada através do Programa Institucional de Iniciação Científica; PIVIC/UFES, junto ao LEP - Laboratório de Estudos Políticos (UFES), intitulada: Nação, miscigenação e interculturalidades: uma análise preliminar, a partir de “O povo brasileiro” de Darcy Ribeiro, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Adelia Miglievich-Ribeiro, nas linhas de pesquisa “Novos movimentos teóricos nas Ciências Sociais e interdisciplinaridade” e “Cultura, Sociologia crítica e produção do conhecimento na América Latina”.

## REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame A. (1997). *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ELIAS, Norbert. (1997). *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CARNEIRO, Roberto (2006), “Hibridação e Aventura Humana”. In: *Comunicação e Cultura*, n.º 1, Lisboa: Quimera, pp. 37-56.
- FREYRE, Gilberto (1987). *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25a ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adélia M. (2005). O povo brasileiro de Darcy Ribeiro: crítica ou reforço à noção de caráter nacional brasileiro? In: PLANCHEREL, Alice Anabuki. *Memória e ciências sociais*. Maceió: EDUFAL, pp. 09-25.
- RIBEIRO, Darcy. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.